



Arquitetura e Urbanismo: Compromisso Histórico com a Multidisciplinariedade

Jeanine Mafra Migliorini
(Organizadora)

Atena
Editora
Ano 2020



Arquitetura e Urbanismo: Compromisso Histórico com a Multidisciplinariedade

Jeanine Mafra Migliorini
(Organizadora)

Atena
Editora
Ano 2020

Editora Chefe

Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Assistentes Editoriais

Natalia Oliveira

Bruno Oliveira

Flávia Roberta Barão

Bibliotecária

Janaina Ramos

Projeto Gráfico e Diagramação

Natália Sandrini de Azevedo

Camila Alves de Cremona

Luiza Alves Batista

Maria Alice Pinheiro

Imagens da Capa

Shutterstock

Edição de Arte

Luiza Alves Batista

Revisão

Os Autores

2020 by Atena Editora

Copyright © Atena Editora

Copyright do Texto © 2020 Os autores

Copyright da Edição © 2020 Atena Editora

Direitos para esta edição cedidos à Atena

Editora pelos autores.



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição *Creative Commons*. Atribuição-Não-Comercial-NãoDerivativos 4.0 Internacional (CC BY-NC-ND 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores, inclusive não representam necessariamente a posição oficial da Atena Editora. Permitido o *download* da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

A Atena Editora não se responsabiliza por eventuais mudanças ocorridas nos endereços convencionais ou eletrônicos citados nesta obra.

Todos os manuscritos foram previamente submetidos à avaliação cega pelos pares, membros do Conselho Editorial desta Editora, tendo sido aprovados para a publicação.

Conselho Editorial

Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná

Prof. Dr. Américo Junior Nunes da Silva – Universidade do Estado da Bahia

Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná

Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior – Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais

Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília

Prof. Dr. Carlos Antonio de Souza Moraes – Universidade Federal Fluminense
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Daniel Richard Sant’Ana – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia
Profª Drª Dilma Antunes Silva – Universidade Federal de São Paulo
Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Farias – Universidade Estácio de Sá
Prof. Dr. Elson Ferreira Costa – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Eloi Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima
Prof. Dr. Gustavo Henrique Cepolini Ferreira – Universidade Estadual de Montes Claros
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Prof. Dr. Jadson Correia de Oliveira – Universidade Católica do Salvador
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Prof. Dr. Luis Ricardo Fernandes da Costa – Universidade Estadual de Montes Claros
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Pontifícia Universidade Católica de Campinas
Profª Drª Maria Luzia da Silva Santana – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Rita de Cássia da Silva Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Rui Maia Diamantino – Universidade Salvador
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. William Cleber Domingues Silva – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Ciências Agrárias e Multidisciplinar

Prof. Dr. Alexandre Igor Azevedo Pereira – Instituto Federal Goiano
Profª Drª Carla Cristina Bauermann Brasil – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Antonio Pasqualetto – Pontifícia Universidade Católica de Goiás
Prof. Dr. Cleberton Correia Santos – Universidade Federal da Grande Dourados
Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná
Profª Drª Diocléa Almeida Seabra Silva – Universidade Federal Rural da Amazônia
Prof. Dr. Écio Souza Diniz – Universidade Federal de Viçosa
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Fágner Cavalcante Patrocínio dos Santos – Universidade Federal do Ceará
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Prof. Dr. Jael Soares Batista – Universidade Federal Rural do Semi-Árido
Prof. Dr. Júlio César Ribeiro – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Profª Drª Lina Raquel Santos Araújo – Universidade Estadual do Ceará
Prof. Dr. Pedro Manuel Villa – Universidade Federal de Viçosa
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Profª Drª Talita de Santos Matos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Tiago da Silva Teófilo – Universidade Federal Rural do Semi-Árido
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas

Ciências Biológicas e da Saúde

Prof. Dr. André Ribeiro da Silva – Universidade de Brasília
Profª Drª Anelise Levay Murari – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Benedito Rodrigues da Silva Neto – Universidade Federal de Goiás
Profª Drª Débora Luana Ribeiro Pessoa – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Douglas Siqueira de Almeida Chaves -Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Edson da Silva – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri
Profª Drª Eleuza Rodrigues Machado – Faculdade Anhanguera de Brasília
Profª Drª Elane Schwinden Prudêncio – Universidade Federal de Santa Catarina
Profª Drª Eysler Gonçalves Maia Brasil – Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira
Prof. Dr. Ferlando Lima Santos – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Profª Drª Gabriela Vieira do Amaral – Universidade de Vassouras
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Helio Franklin Rodrigues de Almeida – Universidade Federal de Rondônia
Profª Drª Iara Lúcia Tescarollo – Universidade São Francisco
Prof. Dr. Igor Luiz Vieira de Lima Santos – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Jefferson Thiago Souza – Universidade Estadual do Ceará
Prof. Dr. Jesus Rodrigues Lemos – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Jônatas de França Barros – Universidade Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. José Max Barbosa de Oliveira Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Prof. Dr. Luís Paulo Souza e Souza – Universidade Federal do Amazonas
Profª Drª Magnólia de Araújo Campos – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Marcus Fernando da Silva Praxedes – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Profª Drª Maria Tatiane Gonçalves Sá – Universidade do Estado do Pará
Profª Drª Mylena Andréa Oliveira Torres – Universidade Ceuma
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federaci do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Paulo Inada – Universidade Estadual de Maringá
Prof. Dr. Rafael Henrique Silva – Hospital Universitário da Universidade Federal da Grande Dourados
Profª Drª Regiane Luz Carvalho – Centro Universitário das Faculdades Associadas de Ensino
Profª Drª Renata Mendes de Freitas – Universidade Federal de Juiz de Fora
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande

Ciências Exatas e da Terra e Engenharias

Prof. Dr. Adélio Alcino Sampaio Castro Machado – Universidade do Porto
Prof. Dr. Alexandre Leite dos Santos Silva – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Carlos Eduardo Sanches de Andrade – Universidade Federal de Goiás
Profª Drª Carmen Lúcia Voigt – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Douglas Gonçalves da Silva – Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Profª Drª Érica de Melo Azevedo – Instituto Federal do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Fabrício Menezes Ramos – Instituto Federal do Pará
Profª Dra. Jéssica Verger Nardeli – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho
Prof. Dr. Juliano Carlo Rufino de Freitas – Universidade Federal de Campina Grande

Profª Drª Luciana do Nascimento Mendes – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Marcelo Marques – Universidade Estadual de Maringá
Profª Drª Neiva Maria de Almeida – Universidade Federal da Paraíba
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Profª Drª Priscila Tessmer Scaglioni – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista

Linguística, Letras e Artes

Profª Drª Adriana Demite Stephani – Universidade Federal do Tocantins
Profª Drª Angeli Rose do Nascimento – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro
Profª Drª Carolina Fernandes da Silva Mandaji – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Profª Drª Denise Rocha – Universidade Federal do Ceará
Prof. Dr. Fabiano Tadeu Grazioli – Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Profª Drª Keyla Christina Almeida Portela – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná
Profª Drª Miranilde Oliveira Neves – Instituto de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará
Profª Drª Sandra Regina Gardacho Pietrobon – Universidade Estadual do Centro-Oeste
Profª Drª Sheila Marta Carregosa Rocha – Universidade do Estado da Bahia

Conselho Técnico Científico

Prof. Me. Abrãao Carvalho Nogueira – Universidade Federal do Espírito Santo
Prof. Me. Adalberto Zorzo – Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza
Prof. Me. Adalto Moreira Braz – Universidade Federal de Goiás
Prof. Dr. Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos – Ordem dos Advogados do Brasil/Seccional Paraíba
Prof. Dr. Adilson Tadeu Basquerote Silva – Universidade para o Desenvolvimento do Alto Vale do Itajaí
Prof. Me. Alexsandro Teixeira Ribeiro – Centro Universitário Internacional
Prof. Me. André Flávio Gonçalves Silva – Universidade Federal do Maranhão
Profª Ma. Andréa Cristina Marques de Araújo – Universidade Fernando Pessoa
Profª Drª Andreza Lopes – Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento Acadêmico
Profª Drª Andrezza Miguel da Silva – Faculdade da Amazônia
Profª Ma. Anelisa Mota Gregoleti – Universidade Estadual de Maringá
Profª Ma. Anne Karynne da Silva Barbosa – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Antonio Hot Pereira de Faria – Polícia Militar de Minas Gerais
Prof. Me. Armando Dias Duarte – Universidade Federal de Pernambuco
Profª Ma. Bianca Camargo Martins – UniCesumar
Profª Ma. Carolina Shimomura Nanya – Universidade Federal de São Carlos
Prof. Me. Carlos Antônio dos Santos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Ma. Cláudia de Araújo Marques – Faculdade de Música do Espírito Santo
Profª Drª Cláudia Taís Siqueira Cagliari – Centro Universitário Dinâmica das Cataratas
Prof. Me. Clécio Danilo Dias da Silva – Universidade Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Me. Daniel da Silva Miranda – Universidade Federal do Pará
Profª Ma. Daniela da Silva Rodrigues – Universidade de Brasília

Profª Ma. Daniela Remião de Macedo – Universidade de Lisboa
Profª Ma. Dayane de Melo Barros – Universidade Federal de Pernambuco
Prof. Me. Douglas Santos Mezacas – Universidade Estadual de Goiás
Prof. Me. Edevaldo de Castro Monteiro – Embrapa Agrobiologia
Prof. Me. Eduardo Gomes de Oliveira – Faculdades Unificadas Doctum de Cataguases
Prof. Me. Eduardo Henrique Ferreira – Faculdade Pitágoras de Londrina
Prof. Dr. Edwaldo Costa – Marinha do Brasil
Prof. Me. Eliel Constantino da Silva – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita
Prof. Me. Ernane Rosa Martins – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás
Prof. Me. Euvaldo de Sousa Costa Junior – Prefeitura Municipal de São João do Piauí
Profª Ma. Fabiana Coelho Couto Rocha Corrêa – Centro Universitário Estácio Juiz de Fora
Prof. Dr. Fabiano Lemos Pereira – Prefeitura Municipal de Macaé
Prof. Me. Felipe da Costa Negrão – Universidade Federal do Amazonas
Profª Drª Germana Ponce de Leon Ramírez – Centro Universitário Adventista de São Paulo
Prof. Me. Gevair Campos – Instituto Mineiro de Agropecuária
Prof. Me. Givanildo de Oliveira Santos – Secretaria da Educação de Goiás
Prof. Dr. Guilherme Renato Gomes – Universidade Norte do Paraná
Prof. Me. Gustavo Krahl – Universidade do Oeste de Santa Catarina
Prof. Me. Helton Rangel Coutinho Junior – Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Profª Ma. Isabelle Cerqueira Sousa – Universidade de Fortaleza
Profª Ma. Jaqueline Oliveira Rezende – Universidade Federal de Uberlândia
Prof. Me. Javier Antonio Albornoz – University of Miami and Miami Dade College
Prof. Me. Jhonatan da Silva Lima – Universidade Federal do Pará
Prof. Dr. José Carlos da Silva Mendes – Instituto de Psicologia Cognitiva, Desenvolvimento Humano e Social
Prof. Me. Jose Elyton Batista dos Santos – Universidade Federal de Sergipe
Prof. Me. José Luiz Leonardo de Araujo Pimenta – Instituto Nacional de Investigación Agropecuaria Uruguay
Prof. Me. José Messias Ribeiro Júnior – Instituto Federal de Educação Tecnológica de Pernambuco
Profª Drª Juliana Santana de Curcio – Universidade Federal de Goiás
Profª Ma. Juliana Thaisa Rodrigues Pacheco – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Kamilly Souza do Vale – Núcleo de Pesquisas Fenomenológicas/UFPA
Prof. Dr. Kárpio Márcio de Siqueira – Universidade do Estado da Bahia
Profª Drª Karina de Araújo Dias – Prefeitura Municipal de Florianópolis
Prof. Dr. Lázaro Castro Silva Nascimento – Laboratório de Fenomenologia & Subjetividade/UFPR
Prof. Me. Leonardo Tullio – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Ma. Lilian Coelho de Freitas – Instituto Federal do Pará
Profª Ma. Liliani Aparecida Sereno Fontes de Medeiros – Consórcio CEDERJ
Profª Drª Lívia do Carmo Silva – Universidade Federal de Goiás
Prof. Dr. Lucio Marques Vieira Souza – Secretaria de Estado da Educação, do Esporte e da Cultura de Sergipe
Prof. Me. Luis Henrique Almeida Castro – Universidade Federal da Grande Dourados
Prof. Dr. Luan Vinicius Bernardelli – Universidade Estadual do Paraná
Prof. Dr. Michel da Costa – Universidade Metropolitana de Santos
Prof. Dr. Marcelo Máximo Purificação – Fundação Integrada Municipal de Ensino Superior

Prof. Me. Marcos Aurelio Alves e Silva – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo

Profª Ma. Maria Elanny Damasceno Silva – Universidade Federal do Ceará

Profª Ma. Marileila Marques Toledo – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri

Prof. Me. Ricardo Sérgio da Silva – Universidade Federal de Pernambuco

Profª Ma. Renata Luciane Polsaque Young Blood – UniSecal

Prof. Me. Robson Lucas Soares da Silva – Universidade Federal da Paraíba

Prof. Me. Sebastião André Barbosa Junior – Universidade Federal Rural de Pernambuco

Profª Ma. Silene Ribeiro Miranda Barbosa – Consultoria Brasileira de Ensino, Pesquisa e Extensão

Profª Ma. Solange Aparecida de Souza Monteiro – Instituto Federal de São Paulo

Prof. Me. Tallys Newton Fernandes de Matos – Faculdade Regional Jaguaribana

Profª Ma. Thatianny Jasmine Castro Martins de Carvalho – Universidade Federal do Piauí

Prof. Me. Tiago Silvio Dedoné – Colégio ECEL Positivo

Prof. Dr. Welleson Feitosa Gazel – Universidade Paulista

Arquitetura e urbanismo: compromisso histórico com a multidisciplinariedade

Editora Chefe: Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira
Bibliotecária Janaína Ramos
Diagramação: Maria Alice Pinheiro
Correção: Mariane Aparecida Freitas
Edição de Arte: Luiza Alves Batista
Revisão: Os Autores
Organizadora: Jeanine Mafra Migliorini

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

A772 Arquitetura e urbanismo: compromisso histórico com a multidisciplinariedade / Organizadora Jeanine Mafra Migliorini. – Ponta Grossa - PR: Atena, 2020.

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

Inclui bibliografia

ISBN 978-65-5706-476-4

DOI 10.22533/at.ed.764200810

1. Arquitetura. 2. Urbanismo. I. Migliorini, Jeanine Mafra (Organizadora). II. Título.

CDD 720

Elaborado por Bibliotecária Janaina Ramos – CRB-8/9166

Atena Editora

Ponta Grossa – Paraná – Brasil

Telefone: +55 (42) 3323-5493

www.atenaeditora.com.br

contato@atenaeditora.com.br

APRESENTAÇÃO

O estudo do espaço sempre envolve a coletividade, por mais privado que seja um espaço ele pode servir a mais de um indivíduo, também podemos pensar nos grandes espaços, abertos públicos. Discutir o uso, a apropriação, o destino que a ele se dá é necessário, pois não podemos pensar em apenas descartar ou esquecer o que já foi gerado, um vez que o impacto de atitudes assim já pode ser sentida na nossa sociedade, onde se percebe a finitude dos recursos, que a responsabilidade sobre o uso consciente do espaço é obrigatória. Além do impacto ambiental devemos discutir também o impacto social, histórico. A permanência ou não de edificações, sua relevância e significação.

Este livro aborda, sobre diferentes aspectos, o espaço. Traz-se discussões sobre a fragilidade socioespacial e ambiental de determinadas regiões e como tratar disso, aborda também a humanização dos espaços, entendendo o mesmo muito além de um espaço construído, mas sim da melhor forma que ele pode se apresentar e valorizar o ser social e humano. A discussão se volta para uma questão técnica: a acessibilidade, sua fragilidade e como não se pode dispensá-la. Os artigos seguintes abordam questões referentes a conjuntos já edificados, como são compreendidos e como devem ser tratados.

O tema amplia a escala e passa a tratar de espaços urbanos maiores, apresenta a resposta a uma oficina participativa e as relações complexas e atuais do porto de Paranaguá-PR. O patrimônio vira o foco dos artigos seguintes que abordam a morfologia dos espaços germinais, o patrimônio industrial, as vilas de operários, o patrimônio imaterial, a descaracterização de locais de origem de Roraima e finaliza com o acervo da Câmara dos Deputados.

Todos os temas, tão caros à nossa sociedade, que precisa voltar os olhos para essas questões, cotidianas, mas que não podem ser deixadas à margem, devem ser amplamente debatidas para a formação de espaços de qualidade para uso da sociedade.

Boa leitura e boas reflexões!

Jeanine Mafrá Migliorini

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1..... 1

POR UMA AUTONOMIA CONCRETIZÁVEL A PARTIR DE TÉCNICAS PARA COMUNIDADES EM REGIÕES DE FRAGILIDADE SOCIOESPACIAL E AMBIENTAL

Vera Santana Luz

DOI 10.22533/at.ed.7642008101

CAPÍTULO 2..... 25

SUSTENTABILIDADE E HUMANIZAÇÃO EM UM CENTRO DE REABILITAÇÃO

Mariana Irigoyen

Luciano Javier Monza Cachán

DOI 10.22533/at.ed.7642008102

CAPÍTULO 3..... 42

ACESSIBILIDADE ARQUITETÔNICA: IDENTIFICAÇÃO DE BARREIRAS EM EDIFICAÇÃO ESCOLAR E PROPOSIÇÃO DE ADEQUAÇÕES COM BASE NA NBR 9050:2020 E NBR 16537:2016

Karla Alberini do Amaral

Hugo Sefrian Peinado

DOI 10.22533/at.ed.7642008103

CAPÍTULO 4..... 58

A FUNÇÃO RESIDENCIAL no Campus da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ)

Claudio Antônio Santos Lima Carlos

João Pedro Soares Ferreira

Jonathan Trindade

Luiz Philipe Santos da Silva

DOI 10.22533/at.ed.7642008104

CAPÍTULO 5..... 72

ESPAÇOS PÚBLICOS DE BRASÍLIA: SETOR HOSPITALAR LOCAL SUL (SHLS)

Aisha - Angèle Leandro Diéne

Bruna Pereira de Andrade

DOI 10.22533/at.ed.7642008105

CAPÍTULO 6..... 82

OFICINA PARTICIPATIVA DE INTERVENÇÃO URBANA: A EXPERIÊNCIA DO PROJETO DE EXTENSÃO ADOTE UMA PRAÇA

Larissa Leticia Andara Ramos

Ana Paula Rabello Lyra

Nayra Carolina Segal da Rocha

Raquel Corrêa Mesquita

Fernanda Roza Maranhão

Suzany Rangel Ramos

DOI 10.22533/at.ed.7642008106

CAPÍTULO 7	94
RELAÇÕES PORTO-CIDADE E O IMPERATIVO DA RESPONSABILIDADE: ANÁLISE DA ABORDAGEM DO PLANO MESTRE DO COMPLEXO PORTUÁRIO DE PARANGUÁ	
Kellen Smak	
Sidney Reinaldo da Silva	
Rogério Baptistella	
DOI 10.22533/at.ed.7642008107	
CAPÍTULO 8	105
DA MORFOLOGIA URBANA AO RESTABELECIMENTO DE MARCOS CULTURAIS: ESTUDO APLICADO A UM NÚCLEO GERMINAL MUNICIPAL	
Andréa Cristina Soares Cordeiro Duailibe	
Lorena Gaspar Santos	
Melissa Almeida Silva	
Rianny Silva dos Santos	
Walter Gomes Goiabeira Filho	
Wellington Jorge Cutrim Sousa	
DOI 10.22533/at.ed.7642008108	
CAPÍTULO 9	115
O PATRIMÔNIO INDUSTRIAL, AS TEORIAS CLÁSSICAS DA CONSERVAÇÃO E RESTAURAÇÃO E CONSIDERAÇÕES ÀS CARTAS PATRIMONIAIS	
Ronaldo André Rodrigues da Silva	
DOI 10.22533/at.ed.7642008109	
CAPÍTULO 10	132
VILA ECONOMIZADORA: A MEMÓRIA E AS TRANSFORMAÇÕES	
Giovanna Lopes Barbosa	
Izamara Macedo Oliveira	
Marina Marques da Silva	
Thais Cristina Silva de Souza	
DOI 10.22533/at.ed.76420081010	
CAPÍTULO 11	142
PATRIMÔNIO IMATERIAL E PAISAGEM CULTURAL NA FESTA DO DIVINO ESPÍRITO SANTO DE PIRACICABA	
Marcelo Cachioni	
Fernando Monteiro de Camargo	
DOI 10.22533/at.ed.76420081011	
CAPÍTULO 12	154
PORTO DO CIMENTO: O BERÇO DE BOA VISTA DESCARACTERIZADO PELA GESTÃO PÚBLICA – RORAIMA, BRASIL	
Jefferson Eduardo da Silva Morales	
Georgia Patrícia da Silva Ferko	
Graciete Guerra da Costa	
DOI 10.22533/at.ed.76420081012	

CAPÍTULO 13.....	166
GERENCIAMENTO DE RISCO DOS ACERVOS DA CÂMARA DOS DEPUTADOS/ CONGRESSO NACIONAL	
Gilcy Rodrigues Azevedo	
Juçara Quinteros de Farias	
Cláudia Fernandes Porto	
DOI 10.22533/at.ed.76420081013	
SOBRE A ORGANIZADORA	180
ÍNDICE REMISSIVO.....	181

CAPÍTULO 13

GERENCIAMENTO DE RISCO DOS ACERVOS DA CÂMARA DOS DEPUTADOS/ CONGRESSO NACIONAL

Data de aceite: 01/10/2020

Data de submissão: 07/07/2020

Gilcy Rodrigues Azevedo

Coordenação de Preservação de Conteúdos
Informacionais
Câmara dos Deputados. Brasília - DF
<http://lattes.cnpq.br/3329631810128047>

Juçara Quinteros de Farias

Coordenação de Preservação de Conteúdos
Informacionais
Câmara dos Deputados. Brasília - DF
<http://lattes.cnpq.br/9990499013264245>

Cláudia Fernandes Porto

Coordenação de Preservação de Conteúdos
Informacionais
Câmara dos Deputados. Brasília - DF
<http://lattes.cnpq.br/7970672174660213>

RESUMO: A Câmara dos Deputados, localizada no Palácio do Congresso Nacional, projetado pelo arquiteto Oscar Niemeyer em 1960 e transformado em Patrimônio Mundial da UNESCO em 1987, possui patrimônio que, por seu valor histórico e cultural, necessita ser preservado e ter garantida sua proteção. O presente trabalho apresenta as ações de conservação preventiva inerentes a esta proteção bem como as atividades realizadas pela Coordenação de Preservação de Conteúdos Informacionais – Cobec, órgão responsável pela preservação dos acervos da Câmara dos Deputados, realizadas com vistas à implantação das rotinas de gerenciamento de riscos, com

destaque para a adaptação dos critérios de valoração adotados na definição do grau de significância dos acervos, metodologia que permite uma visão integrada sobre os problemas e proporciona ferramenta essencial para o aprimoramento da tomada de decisões dirigidas à preservação do patrimônio, com elaboração de estratégias de conservação mais eficientes, estabelecimento bem embasado de prioridades de ação e alocação de recursos mais eficaz. Descreve os procedimentos utilizados e aborda as estratégias aplicadas no sentido de garantir o apoio de todas as unidades administrativas da Instituição nesse processo interdisciplinar, incluindo a realização da campanha de educação patrimonial intitulada “*Arte por toda a Casa - este patrimônio também é seu*”, que promoveu o envolvimento com relação às várias ações relativas à preservação dos acervos e o fomento da responsabilidade individual e coletiva em relação à sua conservação.

PALAVRAS-CHAVE: Câmara dos Deputados; gerenciamento de riscos; preservação.

RISK MANAGEMENT OF THE CHAMBER OF DEPUTIES COLLECTIONS / NATIONAL CONGRESS

ABSTRACT: The Chamber of Deputies is located at the Palace of the National Congress. It was designed by Oscar Niemeyer in 1960 and became a UNESCO heritage site in 1987. The Institution boasts a significant historic and cultural collection that must be preserved and protected. This study presents all preventive conservation actions undertaken for this safeguard as well the activities of the Preservation Services/Cobec,

area responsible for the preservation of the Chamber of Deputies heritage, towards to the implementation of the risk management toll. Highlighting the criteria adopted for defining the collections significance and risks, which is essential for the establishment of priorities and allocation of resources. This article also describes the strategies developed in order to stimulate contribution among administrative areas and staff regarding to preservation, including an educational program called: 'Art around the house: this heritage is yours', which increases participation and promotes individual responsibility relating to preservation.

KEYWORDS: Chamber of Deputies, risk management, preservation.

1 | INTRODUÇÃO

A Câmara dos Deputados, parte do Poder Legislativo Brasileiro que, juntamente com o Senado Federal forma o Congresso Nacional, em cujas competências se insere a aprovação, alteração e revogação das Leis que regem o país, possui cerca de 145 mil metros quadrados de área construída, localiza-se no Edifício do Palácio do Congresso Nacional em Brasília e guarda um importante acervo documental, bibliográfico, audiovisual e museológico que representa a história e memória do Parlamento Brasileiro.

A origem do patrimônio cultural da Câmara dos Deputados data de meados de 1822, quando da preparação de um local destinado aos trabalhos da Assembleia Geral Constituinte e Legislativa do Império do Brasil. Em 1960, com a mudança da Capital da República do Rio de Janeiro, região litorânea, para o centro do país, grande parte da documentação legislativa produzida pela Câmara dos Deputados durante o Império e após a Proclamação da República passou a fazer parte dos acervos da nova sede do Parlamento em Brasília.

Agregados a estes bens, ao longo dos anos, juntaram-se presentes oficiais doados por autoridades em visita à Instituição, condecorações e moedas comemorativas, sendo hoje o Patrimônio cultural da Câmara dos Deputados constituído por um importante acervo, com aproximadamente 24 mil metros lineares carregados de diferentes valores e particularidades, incluindo cerca de 1 milhão de documentos históricos que remontam ao século XIX, 4 mil e 500 livros raros datados a partir do século XVI, cerca de 800 mil documentos audiovisual com registros de importantes momentos da história legislativa, 250 mil livros, um acervo museológico composto por mais de 2 mil objetos de arte dentre cerâmicas, mobiliário, pinturas e esculturas, além de importantes painéis, obras de arte integradas à arquitetura de autoria de artistas como Athos Bulcão, Marianne Peretti e Di Cavalcanti. Destacando-se ainda o próprio edifício do Palácio do Congresso Nacional, projetado pelo arquiteto Oscar Niemeyer, obra representativa do período modernista do País, tombado pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - Iphan como peça urbanística dentro da escala monumental do projeto do Plano Piloto, que foi considerado Patrimônio Cultural da Humanidade pela Unesco em 1987.

Diante da importância do acervo transferido e dos bens a ele inseridos, a partir de 1980 se tornou evidente a necessidade da adoção de medidas para garantir sua

preservação, sendo criado em 1987 um setor destinado exclusivamente a este fim.

A Coordenação de Preservação de Bens Culturais – Cobec, hoje denominada Coordenação de Preservação de Conteúdos Informativos, órgão responsável pela preservação do patrimônio histórico e cultural da Instituição, enfrentou, desde o início, problemas relacionados ao gerenciamento das diversas coleções. Em seus primeiros anos de trabalho os tratamentos de restauro eram considerados prioritários em relação à implantação de medidas de conservação preventiva, havendo pouco conhecimento quanto aos riscos existentes e o grau de significância dos acervos. Conseqüentemente, os problemas relacionados aos bens culturais cresciam, contribuindo para a inexistência de trabalho em equipe, ocasionando falta de apoio e confiança da alta administração.

Em busca da formulação de um programa eficaz de preservação, medidas de conservação preventiva e campanhas de conscientização sobre a importância da preservação do patrimônio institucional passaram a fazer parte das rotinas da Coordenação. Posteriormente, em 2012, a metodologia do gerenciamento de riscos foi adotada, permitindo uma visão integrada sobre o grau de risco das coleções, tornando-se ferramenta essencial para a elaboração de estratégias de conservação mais eficientes e melhor utilização dos recursos.

O presente trabalho tem por objetivo apresentar as atividades realizadas com vistas à implantação de ações mais eficazes voltadas à preservação dos acervos da Câmara dos Deputados, os passos seguidos para o estabelecimento de rotinas de gerenciamento de riscos na Instituição, com destaque para a identificação dos problemas e análise dos riscos e critérios de valoração adotados para a definição do grau de significância dos acervos. Ressaltando ainda, as estratégias utilizadas no sentido de garantir o apoio e envolvimento de todas as unidades administrativas neste processo interdisciplinar.

2 I ESTRATÉGIAS DE PRESERVAÇÃO

2.1 Política de Preservação

Consciente de suas competências, a Cobec emvidou esforços para a criação de política inovadora de preservação da memória e do patrimônio cultural da Câmara dos Deputados que estabelecesse normas e condutas referentes à conservação e segurança dos acervos, bem como à responsabilidade e competência dos diversos setores quanto à sua manutenção.

O projeto de criação da política foi considerado estratégico pela alta administração e classificado como corporativo, ganhando prioridade em sua execução. Iniciado em 2010, em junho de 2012 teve a norma interna denominada Ato da Mesa nº 49¹ (Câmara dos Deputados, 2012) publicada, sendo reforçado em 2014 com a criação, edição e distribuição

¹ Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/int/atomes/2012/atodamesa-49-16-julho-2012-773826-norma-cd-mesa.html>

do Guia de Preservação do Patrimônio Cultural da Câmara dos Deputados², constando instruções e recomendações de boas práticas relacionadas aos procedimentos adequados para preservação e acesso aos acervos da Instituição.

A política, elaborada de acordo com os objetivos, público alvo e tipos de acervos específicos da Câmara dos Deputados, observou ainda as atribuições de preservação de toda informação registrada, produzida, recebida, adquirida, capturada ou colecionada pela Casa no desempenho de sua missão institucional de representar o povo brasileiro, elaborar leis e fiscalizar os atos da Administração Pública, além de observar as recomendações dos códigos de ética, práticas e normas técnicas nacionais e internacionais relacionadas à manutenção do patrimônio.

Sendo articulada de modo a observar as normas fixadas nas demais políticas relacionadas à gestão de conteúdos informacionais, em especial às políticas de preservação digital e de segurança da informação, estabeleceu normas e critérios que envolveriam os principais aspectos da preservação, servindo também de diretriz para a alocação de recursos e criação de projetos com impacto na manutenção dos acervos, bem como o desenvolvimento da cooperação entre as unidades administrativas e servidores.

Em conformidade com as diretrizes da Política, foram definidos requisitos gerais para a criação de projetos a serem desenvolvidos pela Coordenação, como a definição do grau de significância das coleções, a implantação da ferramenta de gerenciamento de riscos para o patrimônio cultural, a adequação da infraestrutura dos locais de guarda dos acervos, a contínua capacitação dos servidores e a contratação de profissionais qualificados da área de preservação.

Todas estas ações auxiliaram para um melhor embasamento das solicitações realizadas para aplicação na melhoria dos trabalhos do setor, além de proporcionar maior credibilidade perante às demais unidades administrativas.

A Cobec passou a desenvolver ações que promovessem a otimização de seus processos de trabalho, garantindo melhores condições de conservação aos bens culturais sob sua responsabilidade, o que evidenciou a necessidade de uma visão de longo prazo, onde as diretrizes e ações abranjam não apenas a manutenção da integridade física do patrimônio cultural da Instituição, mas garantam que os demais setores estejam alinhados e compromissados com a conservação dentro do âmbito organizacional.

2.2 Educação Patrimonial

O trabalho de conscientização e mobilização junto aos diferentes públicos que transitam nas dependências da instituição teve início em 2012, paralelamente à implantação da Política de Preservação, e foi desenvolvido com o objetivo de criar meios de disseminação do conhecimento sobre a existência e importância do patrimônio histórico e cultural da Câmara dos Deputados, fomentando o envolvimento das diversas áreas da

2 Disponível em: <https://bd.camara.leg.br/bd/handle/bdcamara/20179>

Casa com relação às ações relativas à preservação do patrimônio, além de desenvolver a responsabilidade individual e coletiva dos servidores e colaboradores.

Ao todo, são 513 deputados, mais de 14 mil servidores, CNEs e secretários parlamentares, aproximadamente 3 mil terceirizados, além de 300 mil visitantes por ano e aproximadamente 10 mil pessoas por dia que fazem parte do cotidiano dos trabalhos da Instituição e que, conseqüentemente, estão em constante interação com os bens culturais por ela distribuídos.

O projeto, intitulado “Arte por toda a Casa – este patrimônio também é seu”, foi criado a partir de pesquisa realizada para desenvolvimento de projeto de monografia em curso de Especialização em Instituições Políticas oferecido pelo Centro de Formação da Câmara dos Deputados (FARIAS, 2012), e abrangeu um público constituído por servidores, prestadores de serviços, funcionários, colaboradores e visitantes.

Os resultados da pesquisa mostraram a existência de uma grave falta de comunicação entre o serviço de preservação, funcionários, servidores, gestores e demais departamentos da Instituição, demonstrando que 77% das pessoas não sabiam qual departamento era responsável pelo atendimento das coleções, embora o serviço tivesse quase 25 anos de existência. Além disso, 71% nunca tinham ouvido falar sobre o trabalho desenvolvido pela Coordenação. Surpreendentemente, 81% dos entrevistados concordaram que na Instituição existiam coleções significativas que deveriam ser preservadas, muito embora 78% não pudessem reconhecer a maioria dos itens importantes.

Na primeira edição da campanha foram realizadas palestras educativas didaticamente construídas com a aplicação de técnica teatral visando a fixação do aprendizado, além da criação de diversos materiais de divulgação tais como vídeo institucional, cartilha educativa, cartazes, *banners*, *folders*, filipeta, selo, cartão postal, revista ilustrada e em braile, além de vasta divulgação por intermédio das mídias internas e externas.

Em suas edições seguintes foram realizadas oficinas de acondicionamento, higienização e pequenos restauros, laboratórios itinerantes, exposições, lançamento de catálogos com informações sobre a área de preservação e seminário nacional que abriu canal de discussão entre os órgãos públicos de todos os poderes, com a participação de mais de 11 Estados.

Cientes de que as adversidades para o desenvolvimento de qualquer atividade devem fazer com que ações e estratégias sejam repensadas, e de que a preservação só acontece quando existe cooperação entre as áreas envolvidas, a Cobec tem trabalhado com persistência a conscientização sobre a relevância do patrimônio histórico e cultural da Instituição, assim como a imprescindibilidade de sua manutenção, por meio de campanha de educação patrimonial, metodologia que exige continuidade, apoio e aplicação adequada de recursos.

Posteriormente transformado em programa, o projeto de educação patrimonial modificou a realidade da área de preservação que, embora não fosse atividade-fim da

Instituição, adquiriu considerável visibilidade e credibilidade, sendo reconhecida sua importância para a manutenção da história legislativa.

2.3 Gerenciamento de Riscos

Considerando todos os aspectos da abordagem da gestão de riscos e sua adequação aos princípios da eficiência e economicidade, princípios que regem a gestão na administração pública brasileira, cujos pilares se baseiam no binômio: qualidade nos serviços + racionalidade de gastos, e ciente da importância de seu patrimônio cultural e dos benefícios potenciais do uso de tal metodologia, a Câmara dos Deputados decidiu pela integração desta ferramenta ao sistema de gestão dos acervos, dando início em 2012 à sua implantação.

Para a Câmara dos Deputados o uso da metodologia representaria uma contribuição adicional significativa às estratégias de segurança e conservação de seu patrimônio histórico e cultural, visto que permitiria o estabelecimento de prioridades para ações preventivas de forma bem fundamentada e transparente, além de constituir ferramenta eficaz para aprimoramento e tomada de decisões.

Tendo como base o diagnóstico de conservação desenvolvido pelo Getty Conservation Institute (GCI), denominado *The Conservation Assessment: A Proposed Model for Evaluating Museum Environmental Management Needs (1999)*, e as recomendações do International Centre for the Study of the Preservation and Restoration of Cultural Property (ICCROM), amplamente divulgadas e conhecidas no campo da metodologia científica do gerenciamento de riscos, foi realizado o levantamento do estado de conservação dos acervos considerando os dez agentes de deterioração³: forças físicas, criminosos, fogo, água, pestes, poluentes, luz/UV, temperatura incorreta, umidade relativa incorreta e dissociação; suas causas, mecanismos e rotas de propagação, além de analisados a região, edifícios e áreas de guarda.

O questionário, dividido em duas partes, abrangeu informações gerais sobre os acervos e diagnósticos do seu estado de conservação. A primeira parte, preenchida pelos gestores, compreendeu as características do acervo, sua tipologia, dimensão, forma de catalogação, utilização e acesso, além de seleção prévia dos itens por ordem de importância e prioridade. A segunda parte, realizada pela Cobec por meio de observação e estudo *in loco*, avaliou a estrutura física do local de guarda, sua ambientação, a ocorrência de infestações biológicas, os procedimentos de manutenção, higienização e segurança.

A medição de análise da magnitude dos riscos foi realizada utilizando o método ABC (*risk management approach to the preservation of cultural heritage*), desenvolvido pelo Canadian Conservation Institute (CCI) e o ICCROM.

Uma vez mensurada a magnitude dos riscos, analisada a partir da frequência ou velocidade em que se espera que o dano ocorra, “[...] juntamente com a perda de valor

3 Disponível em: <https://arekreatif.ga/read.php?id=btNQCgAAQBAJ>

para o acervo decorrente da extensão do dano causado e da fração afetada” (HOLLÓS E PEDERSOLI JÚNIOR, 2009, p.78), seria possível compará-los e, considerando todos os critérios subjacentes, estabelecer diretrizes de trabalho que priorizassem o tratamento e mitigação dos acervos que estivessem com maior grau de risco estruturando de forma sistemática, considerando-se cinco possíveis estágios de controle para evitar, bloquear, detectar, responder e recuperar o dano (HOLLÓS E PEDERSOLI JÚNIOR, 2009, p.78).

Estas informações permitiram uma visão integrada sobre os problemas inerentes aos acervos, proporcionando dados atualizados para a elaboração de estratégias de conservação mais eficientes que, quando associadas ao grau de significância, facilitariam o estabelecimento de prioridades de ação.

Nos dias atuais somos constantemente confrontados a estabelecer tais prioridades, tomando decisões que devem ter como base dados concretos que propiciem a otimização de ações de preservação e garantam a salvaguarda dos acervos culturais, reduzindo assim, significativamente, as perdas e danos futuros ao patrimônio, em especial àqueles decorrentes da falta de informação e de critérios para a alocação de recursos. Com este intuito e,

“Para podermos transmitir nossos acervos culturais às gerações futuras com a menor perda de valor e a maior acessibilidade possível, é imprescindível evitar o “achismo” e passar a orientar as decisões voltadas à proteção desse patrimônio com base em critérios bem definidos e em justificativas fundamentadas em dados estatísticos e técnico-científicos confiáveis.” (PEDERSOLI JÚNIOR, 2011, Relatório de gestão de risco CD).

2.4 Avaliação do Grau de Significância

No âmbito do projeto mais amplo de implantação da ferramenta de gerenciamento de riscos para a gestão dos acervos culturais da Câmara dos Deputados, um requisito essencial era a avaliação do seu grau de significância e “valoração”, entendendo-se por “valoração” a quantificação de como o valor total dos acervos culturais da Instituição se encontrava distribuído entre suas diversas coleções.

A avaliação do grau de significância dos acervos da Câmara dos Deputados, realizado por uma equipe interdisciplinar, levou em consideração a multiplicidade de valores atribuídos ao patrimônio cultural, a existência de diferentes partes interessadas e a missão e valores da Instituição, sendo dividida em dois momentos distintos para cuja condução de trabalhos foi contratado profissional externo com vasta experiência na área.

Os serviços oferecidos pelo profissional contratado incluíram duas etapas à distância e uma presencial, compreendendo, também, o envio de relatório final com a análise dos trabalhos realizados, construção do diagrama de valor dos acervos e a confecção de relatório referente à descrição da metodologia aplicada.

A primeira etapa incluiu a formulação de questionário juntamente com os gestores da Cobec, utilizando como referência literária as publicações do Getty Conservation Institute,

Assessing the Values of Cultural Heritage (TORRE, 2002), e do Collections Council of Australia, *Significance 2.0, a guide to assessing the significance of collections* (RUSSELL, 2009). A segunda etapa compreendeu a coleta e análise dos dados para fins de valoração.

Essas etapas, permeadas pela comunicação e consulta a todas as partes interessadas e atores do processo, seriam posteriormente monitoradas, tendo seus aspectos relevantes constantemente revisados.

No levantamento de dados, cada unidade administrativa detentora de acervo responderia às perguntas exclusivamente destinadas ao(s) acervo(s) sob sua gestão, as quais abrangiam informações sobre a caracterização dos acervos (tipologia e dimensões/número de itens, categorias “curatoriais” existentes), seus usos e principais atributos que determinariam sua importância ou valor para a Instituição. Também foi necessária a elaboração de uma breve “declaração de significância” para o(s) acervo(s) sob sua gestão, assim como a identificação preliminar das categorias de valor para este(s) acervo(s).

Os atributos de valor definidos para a Câmara dos Deputados (Tabela 1) foram divididos em oito categorias: valor histórico, valor social, valor legal, valor técnico/científico, valor econômico, valor artístico/estético, raridade/singularidade e procedência, sendo utilizados como *key values* durante o processo de análise do grau de significância e importância de cada coleção.

A estes atributos foram atribuídos uma pontuação (Tabela 2) e, posteriormente pesos de acordo com seu grau de importância para o cumprimento da missão Institucional. Este trabalho foi realizado, em etapa presencial, de forma conjunta e participativa com todos os gestores de acervos da Câmara dos Deputados.

Atributo	Definição	Peso
Valor histórico (VH)	O componente do acervo está diretamente associado e contribui de forma essencial para a compreensão e apreciação da história da Câmara dos Deputados e/ou do país.	5
Valor social (VS)	O componente do acervo contribui de forma essencial para o sentimento de identidade cultural ou política da sociedade brasileira, podendo conter informações ou símbolos que identificam a participação e o reconhecimento dessa sociedade no processo legislativo.	10
Valor legal (VL)	O componente do acervo possui valor legal para subsidiar as atividades (meio e fim) da Câmara dos Deputados e salvaguardar direitos individuais.	15
Valor técnico/científico (VT/C)	O componente do acervo carrega informação e/ou dados que contribuem (ou podem contribuir) de forma significativa para a educação e/ou estudos acadêmicos, podendo, ainda, constituir uma referência técnico-científica sobre determinados temas ou áreas de conhecimento específicas.	1,5
Valor artístico/estético (VA/E)	O componente do acervo possui elevada qualidade artística e/ou de design, contendo itens representativos de artistas, estilos, movimentos artísticos e/ou de design reconhecidos.	1
Valor econômico (VE)	O componente do acervo possui valor de mercado significativo.	1
Raridade/singularidade (R/S)	O componente do acervo contém itens únicos ou raros, itens de qualidade excepcionalmente elevada ou itens excepcionalmente bem estudados e documentados de um determinado tipo ou estilo de obra, registro ou outro bem cultural material.	1
Procedência (P)	O componente do acervo tem sua criação, origem e história bem documentadas e reconhecidamente vinculadas à Câmara dos Deputados e suas atividades.	2,5

Tabela 1 - Atributos de valor definidos para a Câmara dos Deputados

Pontuação	Significado da pontuação
0	O componente do acervo não possui este atributo.
1	A presença deste atributo no componente do acervo é muito pequena.
2	A presença deste atributo no componente do acervo é pequena (da ordem de 10 vezes superior àquela correspondente à pontuação "1").
3	A presença deste atributo no componente do acervo é média (da ordem de 100 vezes superior àquela correspondente à pontuação "1").
4	A presença deste atributo no componente do acervo é alta (da ordem de 1.000 vezes superior àquela correspondente à pontuação "1").
5	A presença deste atributo no componente do acervo é muito alta (da ordem de 10.000 vezes superior àquela correspondente à pontuação "1").
6	A presença deste atributo no componente do acervo é excepcional (da ordem de 100.000 vezes superior àquela correspondente à pontuação "1"). Esta pontuação deve refletir a intensidade máxima do atributo considerando-se todos os acervos da Instituição.

Tabela 2 – Pontuação dos atributos de valor

Utilizando os dados acima, a importância relativa dos acervos foi estabelecida criando-se o diagrama de valor (Gráfico 1), que demonstra a importância relativa dos diferentes componentes do acervo. Neste tipo de gráfico, conhecido também com *value pie*, o tamanho de cada setor indica quanto (em %) cada coleção representa no valor total do acervo.

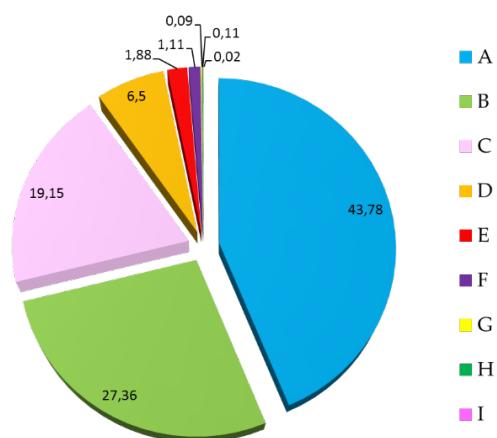


Gráfico 1 – Diagrama de valor dos acervos da Câmara dos Deputados

Paralelamente, o gráfico que demonstra (em %) quanto do acervo cada categoria

representa (Gráfico 2), em termos quantitativos, também foi construído.

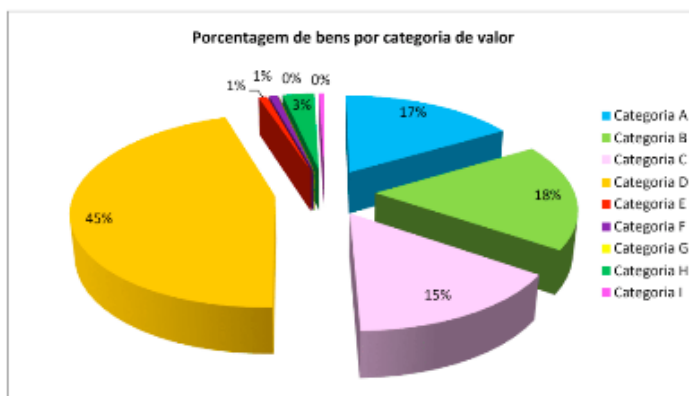


Gráfico 2 – Porcentagem de acervos por categoria de valor

Comparando os dados destes gráficos foi possível observar que as maiores categorias de valor estão representadas por menos de 50% do quantitativo total do acervo.

2.5 Trabalho em Equipe

Um método multidisciplinar ajuda a fornecer diferentes perspectivas sobre os problemas e a alcançar soluções baseadas em uma nova compreensão das situações. No projeto de gerenciamento de riscos, a colaboração e o envolvimento entre gerentes e conservadores durante a implementação da metodologia foi extremamente relevante, não só para a avaliação da significância das coleções, mas também porque, a partir daquele momento, permitiu que o serviço de preservação fortalecesse a captação de recursos para projetos de conservação, especialmente na implementação de ações estabelecidas em conjunto pelo grupo de trabalho.

No início da implantação da metodologia os gestores de acervos, que antes eram sensibilizados através da campanha de educação patrimonial desenvolvida pelo serviço de preservação, estavam ansiosos para colaborar. Juntos, bibliotecários, museólogos, arquivistas, arquitetos, engenheiros e conservadores utilizaram seus conhecimentos técnicos para gerar ideias criativas em prol da preservação da memória legislativa.

A longo prazo, um dos resultados desse processo de gestão compartilhada foi a substituição do modelo de gestão compartimentada, utilizada por muitos anos na Instituição, pela metodologia da visão sistêmica, que preconiza a “(...) coexistência e troca permanente de informações como forma de aprimoramento das experiências no processo de formação e preservação do patrimônio”. (HOLLÓS E PEDERSOLI JÚNIOR, 2009, pp. 72).

3 | CONCLUSÃO

A questão da preservação de acervos pertencentes a órgãos públicos vem suscitando discussões a respeito das responsabilidades inerentes à sua manutenção, bem como a sua gestão e conservação. Fazem parte deste contexto não apenas instituições públicas cujas atividades estão diretamente ligadas à museus, arquivos, bibliotecas e centros culturais, mas também instituições direcionadas a outros fins, como é o caso da Câmara dos Deputados.

O patrimônio cultural destas instituições está submetido ao arcabouço legal que estabelece normas para a proteção e preservação do patrimônio cultural brasileiro, e diretamente vinculado aos princípios que regem a Constituição Federal de 1988, que define de forma mais abrangente o significado de patrimônio cultural e a competência da União, Estados, Distrito Federal e Municípios perante estes bens. Mesmo submetidos a tais normas, o patrimônio se encontra constantemente ameaçado pela falta de recursos que coloca o acervo à mercê de todo tipo de riscos.

Nos últimos anos a cultura assumiu papel central nas discussões políticas e nos mais variados meios de comunicação. Nas últimas décadas, instâncias do poder público perceberam a importância de preservar sua memória institucional, vendo nela importante instrumento para o fortalecimento de sua identidade. Essa visão suscitou ações cujo objetivo seria a preservação do patrimônio cultural sob sua guarda.

Tais ações de preservação em órgãos públicos, considerando suas especificidades e tendo em vista que os acervos não existem isoladamente, estando inseridos em um contexto institucional, devem considerar dois aspectos importantes: o técnico e o organizacional.

Sob este prisma, aos conservadores/restauradores cabe a execução de medidas voltadas para a conservação dos bens culturais utilizando ferramentas seguras que contribuam para o prolongamento da vida útil dos objetos e viabilize a adequada alocação de recursos.

Reconhecendo que a proteção do patrimônio cultural é um desafio, onde as adversidades devem ser vistas como possibilidades, garantindo assim a eficácia no cumprimento do que é determinado por lei, e entendendo ser necessário parar, rever ações e buscar novos caminhos, a Cobec emvidou esforços para a criação da Política de Preservação, com o desenvolvimento de campanha educativa e ações que viabilizassem a preservação do patrimônio cultural na Câmara dos Deputados enraizada no diálogo e construção coletiva do conhecimento.

Por meio destas ações, a manutenção do patrimônio passou a ser reconhecida pela Instituição como uma atividade essencial e, indiscutivelmente, a criação de uma política interna de preservação e a educação patrimonial mostrou serem aspectos fundamentais para que esta mudança de paradigma pudesse acontecer.

Os muitos procedimentos necessários para a preservação das coleções são um

desafio, mas também podem ser vistos como uma oportunidade de diálogo, interação entre diferentes setores e especialistas para o desenvolvimento de soluções diante do inesperado.

A adoção da ferramenta de gestão de riscos, embora trabalhosa e exigente para todas as partes envolvidas, foi essencial para o estabelecimento de prioridades, e permitiu maior conhecimento dos acervos e seu grau de risco, contribuindo para uma gestão eficiente e eficaz.

A avaliação da significância dos acervos foi instrumento vital para o gerenciamento das coleções. Realizado com base na missão e visão da Instituição, os atributos e pontuações foram estipulados, mostrando a todos os gestores quais coleções são mais valiosas e o motivo pelo qual as prioridades deveriam ser estabelecidas considerando tal *status*.

A Câmara dos Deputados, enquanto instituição pública, é responsável pela preservação de suas coleções, incluindo guarda, segurança e disponibilização em condições adequadas, o que permite o compartilhamento das informações nelas contidas de modo consciente e democrático. A Cobec, como órgão competente pela aplicação das ações compreendidas nesta responsabilidade, espera que suas ações e experiências de sucesso, enraizadas no diálogo e senso de responsabilidade coletiva, possam mudar paradigmas no que concerne à proteção destes e dos demais bens culturais sob a proteção do poder público, trabalhando para sua transmissão às gerações futuras na plenitude de sua integridade.

A todos os envolvidos, nossos agradecimentos.

REFERÊNCIAS

Brasil. Congresso Nacional. Câmara dos Deputados. **Guia de preservação do patrimônio cultural da Câmara dos Deputados**. – Reimpr. – Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2018. Disponível em: <https://bd.camara.leg.br/bd/handle/bdcamara/20179>

CÂMARA DOS DEPUTADOS. Ato da Mesa nº 49, de 16 de julho de 2012. **Institui a Política de Preservação dos Suportes Físicos dos Conteúdos Informacionais da Câmara dos Deputados**. Diário da Câmara dos Deputados - Suplemento - 17/7/2012. p. 82. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/int/atomes/2012/atodamesa-49-16-julho-2012-773826-norma-cd-mesa.html>

FARIAS, Juçara Quinteros de. **Preservação da Memória Legislativa na Câmara dos Deputados**. Centro de Formação, Treinamento e Aperfeiçoamento. Programa de Pós-Graduação. Brasília: Câmara dos Deputados, 2012.

HOLLOS, Adriana. PEDERSOLI JÚNIOR., José Luiz. **Gerenciamento de Riscos: Uma abordagem interdisciplinar**. Ponto de Acesso, Salvador, v. 3, n. 1, p. 72-81, abr. 2009. Disponível em: www.pontodeacesso.ici.ufba.br.

PEDERSOLI JÚNIOR, José Luiz . **Relatório de Gestão de Risco da Câmara dos Deputados**. Brasília: Câmara dos Deputados, 2011.

RUSSELL, Roslyn; WINKWORTH, Kylie. **Significance 2.0: a guide to assessing the significance of collection**. 2ª ed.. Australia: National Library. 2009.

STANDARDS AUSTRALIA. **Norma AS/NZS 4360:2004**, Risk Management. Australian/New Zealand Standard. 2009.

The Conservation Assessment: **A Proposed Model for Evaluating Museum Environmental Management Needs** (Avrami, Erica, Kathleen Dardes, Marta de la Torre, Samuel Y. Harris, Michael Henry, and Wendy Claire Jessup, contributors). 1999. Disponível em: <http://www.getty.edu>.

TORRE, Marta de la (Coord.). Assessing the Values of Cultural Heritage: research report. Los Angeles: GCI, 2002. Disponível em https://www.getty.edu/conservation/publications_resources/pdf_publications/pdf/valuesrpt.pdf

SOBRE A ORGANIZADORA

JEANINE MAFRA MIGLIORINI - Graduada em Arquitetura e Urbanismo pela Pontifícia Universidade Católica do Paraná, em Licenciatura em Artes Visuais pela Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG), em Tecnologia de Design de Interiores e em Tecnologia em Gastronomia pela Unicesumar; Especialista em História, Arte e Cultura, em Docência no Ensino Superior: Tecnologia Educacionais e Inovação e em Projeto de Interiores e Mestre em Gestão do Território pela Universidade Estadual de Ponta Grossa. Educadora há treze anos, iniciou na docência nos ensinos fundamental e médio na disciplina de Arte. Atualmente é professora no ensino superior da Unicesumar. Arquiteta e urbanista, desenvolve projetos arquitetônicos. Escolheu a Arquitetura Modernista de Ponta Grossa – PR como objeto de estudo, desde sua graduação.

ÍNDICE REMISSIVO

A

Autonomia 10, 1, 3, 8, 9, 17, 18, 20, 21, 22, 43, 44, 53, 55, 56, 64, 118

B

Barreiras Ambientais 42

C

Câmara dos Deputados 9, 12, 166, 167, 168, 169, 170, 171, 172, 173, 174, 175, 177, 178

Cartas Patrimoniais 11, 115, 126, 157

Conservação 11, 58, 59, 60, 62, 67, 69, 115, 116, 118, 119, 120, 121, 122, 126, 127, 128, 129, 130, 131, 141, 143, 154, 155, 156, 164, 166, 168, 169, 171, 172, 176, 177

D

Desenho Urbano 74, 82, 83, 93, 105, 107, 109

Documentação 18, 58, 59, 62, 63, 125, 126, 127, 129, 153, 167

E

Espaço Público 44, 72, 82, 83, 85, 89, 91, 92, 93, 111, 112

Extensão Universitária 82, 85, 93

F

Fragilidade Socioespacial 9, 10, 1

G

Gerenciamento de Riscos 166, 168, 169, 171, 172, 176

H

Humanización 25

I

Impacto Ambiental 9, 8, 25

Inclusão 4, 19, 42, 85, 116, 130

Intervenções urbanísticas 154

P

Paisagem Cultural 11, 142, 143, 147, 149, 151, 152, 153, 165

Participação popular 82, 85, 93

Patrimônio 9, 11, 2, 5, 8, 58, 64, 70, 105, 115, 116, 117, 118, 119, 120, 121, 122, 124, 126, 127, 128, 129, 130, 131, 132, 133, 135, 140, 141, 142, 143, 144, 145, 150, 151, 152, 153, 154, 155, 156, 157, 158, 161, 162, 164, 165, 166, 167, 168, 169, 170, 171, 172, 176, 177,

178

Patrimônio Cultural 58, 64, 70, 115, 116, 119, 121, 122, 126, 130, 131, 141, 143, 150, 151, 152, 153, 156, 157, 158, 161, 162, 167, 168, 169, 171, 172, 177, 178

Patrimônio Histórico 105, 117, 126, 132, 133, 135, 141, 158, 165, 167, 168, 169, 170, 171

Patrimônio Imaterial 9, 11, 117, 133, 142, 144, 145, 151, 152, 158

Patrimônio Industrial 9, 11, 115, 116, 119, 120, 121, 122, 124, 126, 127, 128, 129, 130

Performance Urbana 105

Periferia Metropolitana 1, 93

Políticas públicas 93, 140, 154, 155, 164

Preservação 8, 18, 70, 80, 115, 116, 118, 119, 121, 126, 127, 128, 129, 130, 132, 133, 135, 139, 140, 143, 151, 154, 156, 157, 163, 166, 168, 169, 170, 172, 176, 177, 178

Princípio Responsabilidade 94, 104

Progresso 94, 95, 96, 97, 103, 118

R

Rehabilitación- Salud 25

Relações Porto-Cidade 11, 94, 98

Restauração 11, 60, 115, 121, 122, 124, 125, 126, 129, 130, 131

Revitalização Urbana 105

Rota acessível 42

S

Setor Hospitalar Local Sul 10, 72, 73, 80

Sítio histórico 154, 155, 164

Sustentabilidad 25, 27

T

Tecnologias Alternativas Em Arquitetura 1

Turismo Cultural 105, 152

V

Vila Economizadora 11, 132, 133, 134, 135, 136, 137, 138, 139, 140, 141

Vilas Operárias 65, 132, 137

W

Workshops Colaborativos 82, 92

www.atenaeditora.com.br 

contato@atenaeditora.com.br 

[@atenaeditora](https://www.instagram.com/atenaeditora) 

www.facebook.com/atenaeditora.com.br 

Arquitetura e Urbanismo: Compromisso Histórico com a Multidisciplinariedade

www.atenaeditora.com.br 

contato@atenaeditora.com.br 

[@atenaeditora](https://www.instagram.com/atenaeditora) 

www.facebook.com/atenaeditora.com.br 

Arquitetura e Urbanismo: Compromisso Histórico com a Multidisciplinariedade
